

COLUNA DO CASTELLO

Arinos, Lyra e Borja conversam

NUM almoço ontem com o Ministro da Justiça, Sr Fernando Lyra, e o Sr Célio Borja, assessor do Presidente da República, o ex-Chanceler Afonso Arinos definiu pormenores relacionados com a formação da comissão, que presidirá, incumbida de elaborar um anteprojeto de Constituição. A lista ontem divulgada pelos jornais, atribuída à indiscrição do jornalista Mauro Santayana, que funcionará como secretário-executivo da comissão, não antecipou uma formação definitiva do colegiado, mas refletiu sugestões e indicações de Tancredo Neves e do próprio Ministro Lyra que, em conversa com o falecido Presidente, anotou nomes que correspondiam ao que se pretendia fosse a representatividade da comissão.

Num encontro inicial com o professor Afonso Arinos, o Ministro da Justiça atendeu suas ponderações e antecipou algumas das sugestões de Tancredo em atenção a observações de Arinos, preocupado em não ter somente juristas na comissão, mas representantes de diversas atividades e grupos sociais e raciais, como negros, por exemplo. Na lista publicada figuram já três negros, um deles, por coincidência, indicado pelo presidente do PT, Luis Inácio da Silva, que se mostrou inclinado a participar dos debates.

De qualquer forma a lista que saiu das conversas de ontem deverá ser levada ao Presidente José Sarney para que a aprove e faça a designação oficial. O Sr Fernando Lyra dispôs-se também a atender o professor Afonso Arinos, abrindo espaço no Palácio do Itamarati, no Rio, para que ali se instale a comissão, a qual, no seu entender, deverá realizar reuniões em diversas cidades, como, por exemplo, Rio, São Paulo e Brasília. Diligenciou também o Ministro da Justiça no sentido de obter do Ministério do Planejamento os recursos indispensáveis para subsidiar os trabalhos da comissão, em especial o deslocamento dos seus membros para os pontos de reunião.

Espera o Ministro Fernando Lyra ter dado demonstração cabal do seu espírito de cooperação para a imediata instalação da comissão, que considera essencial para desencadear o debate nacional sobre a matéria que será objeto de deliberação por parte da Assembléia Nacional Constituinte. Tão logo seja criada a comissão e iniciados seus trabalhos, no entender do Ministro deverá o Presidente Sarney tomar a iniciativa da emenda que convocará a Constituinte, cuja soberania não será alcançada por qualquer restrição. A urgência da medida se justifica, para o Ministro, pelo fato de se estar insinuando uma campanha contrária à implantação de uma Constituinte, sob pretexto de

que o Congresso poderá votar toda a matéria objeto das mudanças pleiteadas. Com o quorum de dois terços, ninguém conseguirá controlar e conduzir uma reforma constitucional, no entender do Sr Lyra.

Pretende igualmente o Ministro desencadear nos próximos meses uma campanha nacional de conscientização do eleitorado para o problema constitucional. Está ele impressionado com a revelação de pesquisas de opinião pública de que a grande maioria do povo não tem noção do que é uma Assembléia Constituinte e do que deva ser seu papel. O Ministro chama sua futura campanha de "campanha institucional" e acha que ela deverá preceder a campanha eleitoral do próximo ano, para que o eleitor escolha, em pleno conhecimento do que está fazendo, seus representantes na Constituinte.

Quanto a problemas em pauta, como a eleição municipal de novembro próximo, o Ministro da Justiça é favorável ao duplo escrutínio, e acha contornável a tese da necessidade de nova emenda constitucional para estendê-la ao pleito deste ano. Para ele, o princípio constitucional do duplo escrutínio está implantado e o Congresso ou a própria Justiça poderá tirar dessa realidade as conseqüências adequadas. Entende ele que, com a eliminação da sublegenda, todos os partidos estão em condições de disputar as eleições, tanto mais quanto se tornou livre a coligação interpartidária.

O Sr Fernando Lyra não pretende influir nos diversos Estados sobre escolha de candidatos, mas em Pernambuco, onde faz política, ele fez sua opção em favor da candidatura do Deputado Jarbas Vasconcelos, depois de ouvir do Sr Marcos Freire a informação de que não se apresentaria candidato. Ele acha que em Pernambuco o PMDB tem apenas três candidatos viáveis à Prefeitura do Recife, os Srs Miguel Arraes, Marcos Freire e Jarbas Vasconcelos. Sua opção pelo terceiro tornou-se óbvia com a auto-exclusão dos outros dois. Ele não crê que o Sr Gustavo Krause, antigo prefeito, dispute o posto agora sob a legenda do PFL, pois ele aspira a candidatar-se no próximo ano a governador do Estado. Quanto às suas aspirações, ele, Lyra, diz que é candidato apenas a renovar seu mandato de deputado.

Até lá deverá desdobrar-se na missão de assegurar a unidade das forças políticas que apóiam o Presidente José Sarney, eliminando obstáculos e administrando desavenças sempre em busca da conciliação entre os que se decidem a dar ao Presidente a indispensável cobertura parlamentar para o exercício do seu Governo. Tendo sido escolhido por Tancredo e mantido por Sarney, cabe-lhe lutar pela lealdade da Aliança Democrática, em seu conjunto, à Presidência da República.

CARLOS CASTELLO BRANCO